



Campanha Construindo Cidades Resilientes

*Minha cidade está se preparando!*

OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE

PUBLICAÇÃO: 12 /07/2017



Resilience and  
Resource Efficiency  
*in Cities*

## Resiliência e eficiência de recursos nas cidades

Este relatório analisa a relação entre construir a **resiliência** das cidades em face de mudanças ambientais globais e aumentar a eficiência de recursos das cidades para reduzir seus impactos nocivos sobre o meio ambiente. Ele fornece exemplos de formas eficazes para abordar essas agendas, bem como o potencial e os desafios para a integração.

O relatório tem três seções principais: sobre resiliência, sobre eficiência de recursos e sobre o nexos entre os dois. Para cada conceito, ele explora o estado da arte na compreensão e implementação - olhando definições, características, benefícios, limitações e aplicações práticas. Em seguida, explora os vínculos entre os princípios, objetivos e iniciativas associadas à resiliência urbana e à eficiência dos recursos.

O relatório conclui que a eficiência dos recursos é um elemento essencial para a resiliência urbana e que a eficiência dos recursos pode ser realizada de forma mais eficaz quando é construída no contexto de um sistema resiliente. A análise conceitual e os estudos de caso deixam claro que, considerando essas questões em conjunto, pode ajudar os planejadores a enfrentar desafios globais, como mudanças climáticas e pobreza.

<https://static1.squarespace.com/static/57ac99d56a4963c5935a781c/t/591321051b10e3562955ebec/1494425886081/Resilience+and+Resource+Efficiency+in+Cities.pdf>



## Prevenção de afogamento: um guia de implementação

Este guia fornece medidas práticas para reduzir o afogamento - um dos problemas de saúde pública mais evitáveis, negligenciados e urgentes do mundo. Através de intervenções e estratégias baseadas em evidências, ele é projetado para ajudar os

praticantes de prevenção de afogamento - de organizações não-governamentais (ONGs) e pesquisadores a funcionários governamentais e decisores políticos - abordar a prevenção de afogamento de forma estratégica, baseada em evidências e multisetorial.

Através de intervenções e estratégias baseadas em evidências, ele é projetado para ajudar os praticantes de prevenção de afogamento - de organizações não-governamentais (ONGs) e pesquisadores a funcionários governamentais e decisores políticos - abordar a prevenção de afogamento de forma estratégica, baseada em evidências e multisetorial.

<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/255196/1/9789241511933-eng.pdf?ua=1>



## Mais oito cidades brasileiras assinam a Declaração de Paris para combate à epidemia de AIDS

Mais oito prefeitos de cidades brasileiras assinaram na segunda-feira (10) a Declaração de Paris, comprometendo-se em acelerar os esforços locais para alcançar o fim da epidemia de AIDS até 2030. A assinatura ocorreu durante encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em Campinas, no interior paulista.

“A meta é global, mas sabemos que quem implementa na ponta são os municípios, que estão mais perto dos indivíduos e sua participação é crucial para não deixarmos ninguém para trás”, disse a diretora do UNAIDS no Brasil, Georgiana Braga-Orillard.



Prefeitos de cidades brasileiras assinam Declaração de Paris para o combate local à epidemia de AIDS. Foto: UNAIDS

Mais oito prefeitos de cidades brasileiras assinaram na segunda-feira (10) a Declaração de Paris, comprometendo-se em acelerar os esforços locais para alcançar o fim da epidemia de AIDS até 2030. A assinatura ocorreu durante encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em **Campinas**, no interior paulista.

Os centros urbanos estão no centro dos esforços pelo fim da epidemia de AIDS como ameaça à saúde pública. Com a adesão à Declaração de Paris, estas prefeituras se comprometem a alcançar as populações e comunidades mais vulneráveis – incluindo acesso ao diagnóstico, adesão ao tratamento, até a manutenção de seu bem-estar e o exercício de seus direitos.

Assinaram a declaração os prefeitos das cidades de **Aracaju (SE), Campinas (SP), Fortaleza (CE), Palmas (TO), Santana de Parnaíba (SP), Jaguariúna (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES)**, que se uniram a outras 23 cidades e dois estados que já haviam se comprometido com a declaração. No caso do Rio de Janeiro, tratou-se de uma reafirmação do compromisso já firmado em 2014.

Lançada pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) em dezembro de 2014 na capital francesa, a Declaração de Paris busca mobilizar esforços locais para o fim da epidemia da doença nos próximos 13 anos.

Os municípios brasileiros se somam a mais de 200 prefeituras ao redor do mundo que já estão mobilizadas rumo às metas de tratamento 90-90-90 para 2020: ter 90% das pessoas vivendo com HIV diagnosticadas; desse total, 90% em tratamento; e que 90% deste grupo tenha carga viral indetectável. Além das metas de tratamento, os prefeitos se comprometem a colocar as pessoas no centro das ações e enfrentar as causas do risco, das vulnerabilidades e da transmissão do HIV.

O evento de assinatura foi organizado pelo presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Jonas Donizette, que também firmou o compromisso como prefeito de Campinas. “Temos notado que a preocupação das pessoas com a AIDS está diminuindo. E não podemos diminuir a intensidade no combate a essa doença que vitima milhares de pessoas no país”, afirmou ele durante o evento.

A Declaração de Paris foi assinada também por Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju; Roberto Cláudio, prefeito de Fortaleza; Carlos Amastha, prefeito de Palmas; Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro; Luciano Rezende, prefeito de Vitória; Gustavo Reis, prefeito de Jaguariúna; e Elvis Cezar, prefeito de Santana de Parnaíba.

“A liderança das cidades em relação ao HIV é essencial para o mundo atingir as metas de aceleração da resposta e o fim da epidemia de AIDS até 2030. Mais de metade da população mundial vive em cidades. A meta é global, mas sabemos que quem implementa na ponta são os municípios, que estão mais perto dos indivíduos e sua participação é crucial para não deixarmos ninguém para trás”, disse a diretora do UNAIDS no Brasil, Georgiana Braga-Orillard.

“Estamos saindo da era das nações para chegarmos na era dos municípios. Parablenizo a ONU por dar ênfase na resposta local”, afirmou o prefeito de Palmas, Carlos Amastha.

O evento de assinatura da Declaração de Paris é a primeira atividade dentro de uma parceria firmada entre a FNP e a ONU no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

### **A Frente Nacional de Prefeitos**

A FNP foi fundada em 1989 e é uma única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos com alcance de mais de 600 municípios com mais de 50 mil habitantes. Recentemente, a Frente tem trabalhado em conjunto com o Sistema das Nações Unidas para a disseminação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### **A Declaração de Paris**

A Declaração de Paris reforça o compromisso dos Estados-membros das Nações Unidas com os ODS, que são um apelo claro para a criação de condições que favoreçam o bem-estar de toda a humanidade.

O documento também reforça a necessidade de implementação dos direitos humanos em todas as suas dimensões, garantindo que ninguém seja deixado para trás nesta nova agenda de desenvolvimento — especialmente as pessoas vivendo com HIV, as pessoas privadas de liberdade, as pessoas que usam drogas, profissionais do sexo, os migrantes e pessoas deslocadas, pessoas com deficiência e aquelas com 50 anos ou mais fazem parte das populações mais vulneráveis à epidemia.

As primeiras cidades brasileiras a assinar a Declaração de Paris em dezembro de 2014 foram Curitiba (PR), Salvador (BA) e o estado do Rio de Janeiro. As demais adesões aconteceram em 2015: três cidades fronteiriças do Alto Solimões (AM) – Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant –, além de São Paulo (SP), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Alegre (RS) e outros 13 municípios do Rio Grande do Sul — incluindo o próprio governo do estado — e o Distrito Federal.

[https://nacoesunidas.org/mais-oito-cidades-brasileiras-assinam-a-declaracao-de-paris-para-combate-a-epidemia-de-aids/?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29](https://nacoesunidas.org/mais-oito-cidades-brasileiras-assinam-a-declaracao-de-paris-para-combate-a-epidemia-de-aids/?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+ONUBr+%28ONU+Brasil%29)



## Em Campinas, oito prefeituras assinam a Declaração de Paris

Oito prefeitos assinaram, nesta segunda-feira, dia 10, a Declaração de Paris durante o encontro da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), em Campinas, no interior paulista. As cidades de **Aracaju, Campinas, Fortaleza, Palmas, Santana de Parnaíba, Jaguariúna e Vitória** se juntam a mais 23 cidades e dois estados brasileiros comprometidos com a Aceleração da Resposta local à epidemia. O município do Rio de Janeiro, que já havia assinado a Declaração em 2014, reafirmou seu compromisso assinando novamente o documento durante o mandato de Marcelo Crivella, prefeito da cidade.

Lançada pelo UNAIDS em dezembro de 2014 na capital francesa, a Declaração de Paris busca mobilizar esforços locais para alcançarmos o fim da epidemia de AIDS até 2030. Os municípios brasileiros se somam a mais de 200 prefeituras ao redor do mundo que já estão mobilizadas rumo às metas de tratamento 90-90-90 para 2020: ter 90% das pessoas vivendo com HIV diagnosticadas; que destas, 90% estejam em tratamento; e que 90% deste grupo tenha carga viral indetectável. Além das metas de tratamento, os prefeitos se comprometem a colocar as pessoas no centro das ações e enfrentar as causas do risco, das vulnerabilidades e da transmissão do HIV.

O evento de assinatura foi organizado pelo Presidente da Frente Nacional de Prefeitos Jonas Donizette, que também firmou o compromisso como prefeito de Campinas. “Temos notado que a preocupação das pessoas com a AIDS está diminuindo. E não podemos diminuir a intensidade no combate a essa doença que vitima milhares de pessoas no país”, afirmou no ato.

A Declaração de Paris foi assinada também por Edvaldo Nogueira, prefeito de **Aracaju**; Roberto Cláudio, prefeito de **Fortaleza**; Carlos Amastha, prefeito de **Palmas**; Marcelo Crivella, prefeito do **Rio de Janeiro**; Luciano Rezende, prefeito de **Vitória**; Gustavo Reis, prefeito de **Jaguariúna**; e Elvis Cezar, prefeito de **Santana de Parnaíba**.

“A liderança das cidades em relação ao HIV é essencial para o mundo atingir as metas de Aceleração da Resposta e o fim da epidemia de AIDS até 2030. Mais de metade da população mundial vive em cidades. A meta é global, mas sabemos que quem implementa na ponta são os municípios, que estão mais perto dos indivíduos e sua participação é crucial para não deixarmos ninguém para trás”, disse Georgiana Braga-Orillard, Diretora do UNAIDS no Brasil.



Foto: Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)/Flickr

Os centros urbanos estão no centro dos esforços pelo fim da epidemia de AIDS como ameaça à saúde pública. Com a adesão à Declaração de Paris, estas prefeituras se comprometem a alcançar as populações e comunidades mais vulneráveis – incluindo acesso ao diagnóstico, adesão ao tratamento, até a manutenção de seu bem-estar e o exercício de seus direitos.

“Estamos saindo da era das nações para chegarmos na era dos municípios. Parablenizo a ONU por dar ênfase na resposta local” afirmou o prefeito de Palmas Carlos Amastha. O evento de assinatura da Declaração de Paris é a primeira atividade dentro de uma parceria firmada entre a FNP e a ONU no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

#### **A Frente Nacional de Prefeitos**

A FNP foi fundada em 1989 e é uma única entidade municipalista nacional dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício dos seus mandatos com alcance de mais de 600 municípios com mais de 50 mil habitantes. Recentemente, a Frente tem trabalhado em conjunto com o sistema das Nações Unidas para a disseminação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) junto aos municípios.

#### **A Declaração de Paris**

A Declaração de Paris reforça o compromisso dos Estados Membros da Organização das Nações Unidas com os ODS, que são um apelo claro para a criação de condições que favoreçam o bem-estar de toda a humanidade. Além disso, reforçam a necessidade de implementação dos direitos humanos em todas as suas dimensões, garantindo que ninguém seja deixado para trás nesta nova agenda de desenvolvimento, especialmente as pessoas vivendo com HIV, as pessoas privadas de liberdade, as pessoas que usam drogas, profissionais do sexo, os migrantes e pessoas deslocadas, pessoas com deficiência e aquelas com 50 anos ou mais fazem parte das populações mais vulneráveis à epidemia.

As primeiras cidades brasileiras a assinar a Declaração de Paris em dezembro de 2014 foram Curitiba, Salvador e Rio de Janeiro. As demais adesões aconteceram em 2015: três cidades fronteiriças do Alto Solimões (AM) – Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant –, além de São Paulo (SP), Manaus (AM), Belém (PA), Porto Alegre (RS) e outros 13 municípios do Rio Grande do Sul – incluindo o próprio governo do estado – e o Distrito Federal.

<http://unaid.org.br/2017/07/campinas-oito-prefeituras-assinam-declaracao-de-paris/>



**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** PLATAFORMA DE CONHECIMENTO

## **ONGs veem cenário brasileiro preocupante para os objetivos globais da ONU**



Organizações alertam para riscos de o Brasil não conseguir atingir os objetivos de erradicar a pobreza e a fome. Foto: EBC

**Relatório a ser apresentado** por mais de 20 organizações da sociedade civil brasileira em reunião na sede da ONU em Nova Iorque a partir desta semana avalia que o Brasil deu poucos passos rumo à conquista de sete objetivos globais que serão analisados no fórum — entre eles, erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar e igualdade de gênero.

Apesar disso, as organizações afirmam que, sob o ponto de vista da governança da Agenda 2030, o Brasil registrou avanços. O país é o único da América Latina a criar uma Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) com representação paritária entre governo e sociedade civil.

“Poucos foram os passos dados para a implementação dos ODS no país”, diz o Relatório-Luz da Sociedade Civil, elaborado por 21 organizações e editado pela GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero e pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).

“Os resultados são extremamente preocupantes diante dos desafios de erradicar a pobreza e eliminar a fome, assegurar a inclusão sócio-produtiva, garantir uma vida saudável, alcançar a equidade de gênero, construir infraestrutura resiliente e acessível a todas as pessoas, promover industrialização inclusiva e sustentável, estimular a inovação e proteger os ecossistemas marinhos”, analisa o documento.

O Fórum Político de Alto Nível da ONU ocorre de 10 a 19 de julho e receberá relatórios tanto das ONGs como do governo brasileiro sobre a implementação nacional de sete dos 17 ODS: 1 (erradicação da pobreza), 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem-estar), 5 (igualdade de gênero), 9 (indústria, inovação e infraestrutura), 14 (vida na água), 17 (parcerias e meios de implementação).

No Brasil, o relatório foi apresentado em evento na última sexta-feira (7) na Casa Fluminense, localizada na Glória, região central do Rio de Janeiro, para posteriormente seguir para apresentações em outras cidades do país.

“O relatório tem tom bem crítico porque, na nossa avaliação, este é o caminho que o país está tomando. Apesar desse compromisso assumido pelo Brasil na Agenda 2030, no ambiente externo, há coisas indo na contramão (da agenda)”, diz Fabio de Almeida Pinto, coordenador-executivo do Instituto Democracia e Sociedade.

## **Erradicação da pobreza (ODS 1)**

O documento da sociedade civil afirma que o Brasil teve sucesso até 2014 ao atingir antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir a fome e a pobreza. Em 2002, o país alcançou a meta da ONU de reduzir a fome e a pobreza à metade e, em 2008, cumpriu meta nacional de reduzir a pobreza a um quarto do registrado em 1990.

Nos últimos anos, porém, as organizações avaliam que o cenário começou a mudar. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados no documento, mostram que o percentual da população brasileira abaixo da linha da pobreza reverteu tendência de queda e subiu de 12,7% em 2013 para 13,9% em 2015.

“O enfrentamento equivocado do déficit fiscal acumulado e o descaso com problemas estruturais, como a reforma tributária, levaram o país a uma crise econômica que agravou o desemprego”, diz o relatório. No início de 2017, o país bateu o recorde da série histórica com 14,2 milhões de desempregados. Segundo as organizações, desde 2016, a redefinição de prioridades nas políticas públicas “acende a luz vermelha para a possibilidade de o país cumprir o ODS 1”.

As ONGs criticam ainda a aprovação no ano passado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita o aumento dos gastos públicos por 20 anos, as propostas de reforma previdenciária e trabalhista e seus efeitos sobre a proteção dos trabalhadores e da população mais pobre.

“A severidade das alterações propostas na previdência social, ao tratar como iguais os trabalhadores pobres e aqueles de maior renda, penaliza desigualmente os primeiros, cuja renda é integralmente dirigida às necessidades essenciais de suas famílias”, destaca o documento.

Sobre a reforma trabalhista, as ONGs avaliam que a “prevalência do negociado sobre o legislado” poderá significar perdas para os trabalhadores, inclusive pelos efeitos da nova legislação da terceirização no ambiente trabalhista.

Entre as recomendações, as organizações sugerem investir num desenvolvimento econômico que garanta inclusão social e geração de emprego, garantir a progressividade tributária (de forma a onerar os mais ricos e não os mais pobres); prosseguir na recuperação do valor real do salário mínimo; entre outros pontos.

<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>

**Relatório a ser apresentado por mais de 20 organizações da sociedade civil brasileira em reunião na sede da ONU em Nova Iorque**





## 10 coisas a serem conhecidas: governança de risco de desastre e clima no PNUD

Este folheto fornece uma visão geral do trabalho do PNUD em governança de desastres e riscos climáticos, uma área que ganhou maior reconhecimento da comunidade internacional através do Quadro Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 (Sendai Framework), que dedica uma de suas quatro Prioridades para Ação para "Fortalecendo a governança do risco de desastres para gerenciar desastres".

O PNUD fortalece suas capacidades de governança de risco de desastre e clima através de um conjunto abrangente de serviços complementares de apoio a políticas e programas, abrangendo as seguintes categorias:

- Avaliação e análise
- Instituições (capacitação, treinamento, coordenação, descentralização)
- Quadros legais e regulamentares
- Planos (planos de ação, planos nacionais, sub-nacionais e setoriais e estruturas de planejamento)
- Políticas (políticas e estratégias nacionais e setoriais e quadros estratégicos)
- Planejamento e orçamentação de desenvolvimento com conhecimento de risco (ou mainstreaming)
- Governança de recuperação de desastres
- Gestão de risco baseada na comunidade e urbana
- Igualdade de gênero

<file:///C:/Users/Sidnei%20Furtado/Downloads/10%20things%20to%20know%20on%20Disaster%20and%20Climate%20Risk%20Governance%20in%20UNDP.pdf>



## **Criando comunidades resilientes: trabalhando com o setor comunitário para melhorar o gerenciamento de emergências**

Esta publicação destaca o papel do setor de gerenciamento de emergências em promover a resiliência da comunidade como uma forma de ajudar as comunidades a se preparar, responder e recuperar de desastres naturais e eventos de emergência, com exemplos de comunidades do estado de Victoria na Austrália. Construir a resiliência individual e comunitária tem sido o foco principal do setor comunitário há décadas. As organizações do setor comunitário estão inseridas em suas comunidades locais, criam e mantêm conexões e redes sociais, e desenvolvem os pontos fortes de pessoas e famílias, o que contribui para a resiliência do dia a dia.

<http://vcoss.org.au/documents/2017/05/Building-Resilient-Communities.pdf>

**critical  
infrastructure**  
PROTECTION AND  
RESILIENCE AMERICAS



## **Proteção e resiliência de Infraestrutura Crítica América do Norte 2017**

Data: 05-07 dezembro 2017

Localização: Estados Unidos da América (Orlando)

Temas: infra-estruturas críticas; Gestão do Risco de Desastres

<http://www.ciprna-expo.com/>